



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Dados da Reunião

Câmara:	Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio			
Título:	Reunião Ordinária N. 56			
Local:	IPA - Instituto Pensar Agropecuário - QL 10 conjunto 8 casa 6 - Lago Sul			
Data da reunião:	27/09/2017	Hora de início:	09:00	Hora de encerramento: 13:00

Pauta da Reunião

CÂMARA TEMÁTICA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA DO AGRONEGÓCIO – CTLOG

PAUTA DA 56ª REUNIÃO ORDINÁRIA

27 de setembro de 2017

09:00h – Abertura – Palavra do Presidente

09:10h – Avisos da Secretaria

09:15h – Aprovação da Ata da 55ª Reunião Ordinária

09:20h - Apresentação Institucional – (Sindirações)

09:30h – Seguro na contratação de transporte rodoviário de cargas – cobrança duplicada

10:00h– Porto de Paranaguá – Avanços e perspectivas em relação ao escoamento das crescentes safras agrícolas do país

10:30h– Arrendamentos de terminais portuários incluídos no plano do governo

- Investimentos da CCCC (China) no Porto de São Francisco

-TCP de Paranaguá – aquisição por grupo da China

11:00h – Relatório Executivo do Setor Ferroviário - 2017

11:30h – Concessões rodoviárias - panorama dos contratos

12:00h – PL 528;2015 – Cria a política de preços mínimos do transporte rodoviário de cargas

– PL 4860/2016 – Institui normas para regulação do transporte rodoviário de cargas em território nacional e dá outras providências

12:30h – Assuntos Gerais

13:00h – Encerramento

Lista de Participantes

	Nome	Entidade	Frq	Assinatura
1	EDEON VAZ FERREIRA	APROSOJA	PR	
2	CARLOS ALBERTO NUNES BATISTA		PR	
3	REINALDO CARVALHO VERGARA		PR	
4	ALCILEA ALVES DA SILVA	ACST/MAPA	PR	
5	SILVESTRE DIMAS STANISZEWSKI	ABCAO	PR	
6	CARLOS ROGERIO FRANCO FIGUEIREDO	ABIEC	PR	
7	MÁRCIO RAFAEL MARQUES BARBOSA MACIEL	ABIOVE	PR	
8	JOSE PERBOYRE FERREIRA GOMES	ABPA	PR	
9	ROBERTO CARSALADE QUEIROGA	ACEBRA	PR	
10	CLAUDIO PEREIRA TELLES	AGETOP	PR	
11	MARCO ANTONIO ALUISIO	ANEIA	PR	
12	MARCELLA SOUZA CUNHA	ANTF	PR	



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

13	LUIS HENRIQUE TEIXEIRA BALDEZ	ANUT	PR	
14	FABÍOLA MANESCHY DE AZEVEDO LEMOS	CDP	PR	
15	MARCOS ANTONIO MATOS	CECAFÉ	PR	
16	LUIZ ANTÔNIO FAYET	CNA	PR	
17	ELISANGELA PEREIRA LOPES	CNA	PR	
18	JOÃO ARTHUR MOHR	CNI	PR	
19	ELAINE RADEL	CNT	PR	
20	JOÃO GUILHERME VOGADO ABRAHÃO	CNT	PR	
21	FERNANDO GOMES DA MOTTA	CONAB	PR	
22	GUSTAVO SPADOTTI AMARAL CASTRO	EMBRAPA	PR	
23	ÁDBON JOARES DA SILVA DIAS	EPL	PR	
24	NILSON HANKE CAMARGO	FAEP	PR	
25	MIGUEL RUBENS TRANIN	FNS	PR	
26	CARLOS ALBERTO PEREIRA DE ALBUQUERQUE	IBRAF	PR	
27	CARLOS EDUARDO MARIOTTI	IBÁ	PR	
28	ANTONIO HELDER M REBOUÇAS	ILB	PR	
29	EDUARDO VON GLEHN NOBRE	MDIC	PR	
30	MARIANA CAMPOS PORTO	MTPAC	PR	
31	NELSON COSTA	OCEPAR	PR	
32	CARLOS ALBERTO SEHN	SINDITABACO	PR	
33	Gilberto M. C. Gomes	ABTP	CO	
34	Daniel Boga	ABTP	CO	
35	Camila M. Sant'ana	ACEBRA	CO	
36	Mauricio U.T. Ameono	ANTT	CO	
37	Luiz H. T. Dividini	APPA	CO	
38	José Richa Filho	APPA	CO	
39	Xenia Annt	APPA	CO	
40	Julian Pereira	APROSOJA	CO	
41	Andre Vinagre Silva	CONAB	CO	
42	Deise Menezes Ribeiro Faisio	CONAB	CO	
43	Rodrigo S. Rosalem	FECOMERCIO/PR	CO	
44	Darlan Santos	MPDG	CO	
45	Fernanda Marangoni	PATRI	CO	
46	Vitor Menezes	UMBELINO LOBO	CO	

PR - presente / CO - convidado

Desenvolvimento

Ocorreu a leitura da ata:	Sim
---------------------------	-----

Desenvolvimento

MEMORIA DA 56ª REUNIÃO ORDINÁRIA – 27 de setembro de 2017

1-Abertura: Às nove horas do dia 27 de setembro de 2017, na sala de Reuniões do IPA – Instituto Pensar Agro, com endereço à QL 10 conj.8, casa 6, Lago Sul – Brasília DF, foi aberta a 56ª Reunião Ordinária da Câmara Temática de Infraestrutura e Logística do Agronegócio, pelo seu presidente, Sr. Edeon Vaz Ferreira, que deu as boas-vindas a todos, citando a presença do Secretário de Logística e Infraestrutura do Paraná, Sr. José Richa Filho e do Diretor- Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA Luis Henrique Tessuti Dividino, convidado da CTLOG para proferir palestra sobre o porto, inovações, perspectivas, estatísticas e atividades. Nomeou os presentes que participavam que



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

participam pela primeira vez da reunião da CTLOG, na condição de convidados, Julian da Aprosoja, Daniel Boga e Gilberto Gomes da ABTT, Ricardo e Fernando da Conab. Esclareceu ser esta a maior das câmaras do Mapa, tanto em número de participantes como em frequência nas reuniões. Foi também registrado pelo presidente a presença do Diretor Executivo do ILB- Instituto Legislativo Brasileiro, ligado ao Senado Federal - Antonio Helder M. Rebouças. Por manifestação do Sr. Nilson, da FAEP, o colegiado homenageou, com uma salva de palmas o membro Luís Antonio Fayet, representante da CNA, pela passagem do seu natalício de 80 anos, mencionado pelo presidente como o Decano da CTLOG.

2- Avisos da Secretaria –Não houve nenhum aviso pela Secretaria.

3- Aprovação da Ata da 55ª Reunião Ordinária: A Ata da 55ª reunião foi encaminhada previamente por meio eletrônico a todos, e submetida ao colegiado, foi aprovada por unanimidade.

4- Assunto extra pauta: Assunto emergencial foi apresentado pelo representante da ANEC, Sergio Castanho Teixeira Mendes que relatou a falta de container nos portos, o que impacta seriamente na exportação, principalmente de algodão que depende de acondicionamento para embarque. Esse problema tem refletido no custo de frete marítimo, e em outros custos relacionados ao armazenamento e estufagem de contêineres, que não cumprem cronogramas pela escassez de contêineres, gerando sérios problemas. Citou o aumento dos fretes para Santos e Paranaguá e as consequências de não se conseguir o embarque nos portos, assim como a estadia medida de R\$1.000,00 por veículo. Lembrou que o algodão é uma boa alternativa na rotação de culturas, o que vem incentivando a cultura, que tende a aumentar nos próximos anos e exigirá maior espaço nas plantas de embarque, assim como o milho, em franco crescimento na produção e exportação. Sérgio comentou da maior eficácia quando o encaminhamento decorre de ação da CTLOG, pelo que solicitou seja o tema incorporado na agenda da Câmara, para estudos e encaminhamentos.

O presidente se dispôs a estudar, juntamente com o Secretário da CTLOG, o documento elaborado pela ANEC, para juntá-lo a outros, que objetivavam identificar novos portos para a logística do algodão, caso de Porto Velho, Barcarena, etc. O assunto ainda não é caso de moção ao Ministro, até que se conheça bastante da matéria para alicerçar o documento e os encaminhamentos a serem propostos ao titular do MAPA.

5. Porto de Paranaguá – Avanços e perspectivas em relação ao escoamento das crescentes safras agrícolas do país: O Sr. Luís Henrique Dividino, na condição de Presidente da Autoridade Portuária de Antonina e Paranaguá, discorreu sobre os avanços, perspectivas e projeções da operação portuária, com ênfase no escoamento dos produtos do agronegócio, como açúcar, milho, soja e carnes, bem como o planejamento daquele terminal para atender as crescentes safras agrícolas do país. Falou também das dificuldades dos portuários na movimentação de cargas e deu um diagnóstico desde 2011. Relatou sobre o afunilamento que acompanha há 30 anos, evidenciando uma permanente desproporcionalidade na movimentação de carga em relação a estrutura portuária. Registrou não haver crescimento e nem a construção de novos portos. Afirmou que os terminais portuários têm o dever de sinalizar para o armador novas oportunidades e a tendência de crescimento, produtividade, infraestrutura e aspectos relacionados ao meio ambiente, as demandas por dragagens nos canais de acesso e berços de atracação, etc.

Atualmente, o Porto de Paranaguá é um dos mais importantes centros de comércio marítimo do mundo, unindo localização estratégica a uma das melhores infraestruturas portuárias da América Latina. Entre as principais cargas movimentadas em Paranaguá estão: Soja, farelo, milho, sal, açúcar, fertilizantes, contêineres, congelados, derivados de petróleo, álcool e veículos.

A íntegra da apresentação poderá ser acessada no endereço: <http://www.portosdoparana.pr.gov.br> e <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>

Fayet, da CNA comentou ser o porto de Paranaguá o porto mais bem administrado no país. Assistimos a partir da MP 752 uma tentativa de reestruturação dos sistemas de gerenciamento e licitações na área portuária. Falou da tentativa de participação dos usuários nas comissões criadas pelo governo, sem sucesso. Nessas reuniões estavam presentes os operadores, mas sem representação dos usuários. Disse que o porto de Paranaguá representa de 40 a 45% da movimentação do porto de Santos. É um problema de gestão o que ocorre nos demais portos, o que recomenda uma mudança radical, o que já ocorreu em Paranaguá. Falou da destinação de verbas específicas, que são desviadas para honrar outros compromissos alheios à destinação original, o que lesa o setor portuário. A questão trabalhista é um tema que cabe uma ação do MP, por se tratar de ação de verdadeiras quadrilhas com integrantes de dentro e fora do sistema, que oneram o setor. A mudança da legislação trabalhista se tivesse sido antecipada há 15 anos, teria preservado 80% das demandas existentes. É grande o número de Governadores que lutam para resolver o problema do escoamento da produção em seus estados, especialmente o Mato Grosso, que conta com o desenvolvimento dos terminais do Arco Norte para resolver gargalos logísticos crônicos.

Falou dos prazos para definição das poligonais dos portos e dos atrasos registrados, sem que tal providência seja adotada. Apenas o porto de Paranaguá tem seus limites estabelecidos. O cronograma de licitações para concessão dos terminais portuários também não foi cumprido. Devíamos estar inaugurando alguns terminais, mas ainda estamos estudando as licitações. O atraso na definição das concessões dos portos do Pará, que seriam os primeiros do cronograma, não se justifica, a não ser por interesses escusos, que não se acredita não seja do conhecimento geral.

Discorreu sobre a concentração da produção e exportação de soja e milho no contexto mundial, onde EUA, Brasil e Argentina detêm, juntos, mais de 80% da produção da soja e 85% da produção desse produto. Para o milho a concentração é um pouco menor, mas ainda assim, significativa. Explanou sobre as crises, cartelização e monopólios, estabelecendo um paralelo entre as concessões das infraestruturas e as capitania hereditárias no país.

Mostrou que a geografia da produção brasileira mudou significativamente, movimento acompanhado pela geografia do consumo dos nossos produtos, com maior concentração no Sudeste Asiático.

O presidente agradeceu a explanação de Fayet e passou a palavra ao plenário, para indagações pertinentes. Baldez da



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

ANUT, falou que o modelo está errado e indagou sobre as verbas que custeiam as dragagens de aprofundamento e manutenção, no que foi esclarecido pelo Dr. Dividino. Em seguida Baldez consultou sobre a Inframar, que recolhe em torno de R\$120 milhões, o que representa a metade da receita com tarifas. Tal valor não é integralmente utilizado na infraestrutura marítima e está sendo utilizado em outras finalidades. Dividino informou que os valores também custearam valores relacionados a questões ambientais relacionados à dragagem e boias, dentre outros. Entende o Diretor que a tarifa está ajustada. Baldez mencionou o prazo das contratações de serviços, com vigência de cinco anos e indaga se não seria mais produtivo fazer concessões em determinadas áreas, no que foi contestado pelo Dr. Dividino que entende não ser prudente entregar um canal de acesso à iniciativa privada. Falou sobre modelos de privatização e citou exemplos de resultados no setor aeroportuário. Na oportunidade foi sugerido que uma das reuniões da CTLOG em 2018 seja realizada no porto de Paranaguá. Encerrado o debate, o presidente da CTLOG passou a palavra ao Secretário de Infraestrutura do Paraná, que agradeceu a oportunidade de participar da reunião, discorreu sobre os avanços na infraestrutura logística do Estado, no modal rodoviário e do projeto de ferrovia ligando Dourados até Paranaguá, utilizando um trecho da Ferroeste.

Aproveitando a presença do Secretário de Infraestrutura do Paraná, o presidente da CTLOG informou sobre as atividades do Instituto Pensar Agro e da Frente Parlamentar da Agricultura, que recebe suporte do IPA, um dos responsáveis pelo apoio e sucesso dos trabalhos desenvolvidos pela frente parlamentar.

6. Apresentação Institucional do Sindirações: Voltando ao item inicial da pauta, Edeon convidou o Sr. Carlos do Sindirações para sua apresentação. Carlos Alberto Albuquerque falou sobre as atividades do Sindirações, propostas, objetivos e da importância que exerce na economia agrícola do país, dado os volumes envolvidos na industrialização e comercialização que executa.

O Sindirações é o principal fórum de discussões de todos os temas relacionados à alimentação animal. Seus associados são constituídos por fábricas de ração comercial, indústrias, produtores de suplementos minerais, fabricantes nacionais e multinacionais de ingredientes e matérias primas, tradings, agroindústria, granjas e outros que representam 90% da produção do setor. O SINDIRACÕES está à frente de um setor produtivo que responde por 1,8% do PIB, movimenta algo em torno de US\$ 9,3 bilhões/ano e tem um papel capital nas áreas de maior desenvolvimento da nossa economia, envolvendo toda a cadeia produtiva da indústria de alimentos. A íntegra da apresentação poderá ser acessada no endereço: <http://www.agricultura.gov.br/camaras-setoriais-e-tematicas>

7. Seguro na contratação do transporte rodoviário de cargas – cobrança duplicada: Sobre o tema, Carlos comentou ser necessário desburocratizar os custos operacionais na contratação de fretes, com seguros obrigatórios, levando-se em conta que o setor opera com produtos perecíveis e o seguro que onera uma carga não atrativa e os sinistros ocorridos, em poucas oportunidades, destinavam-se ao roubo do veículo e não da carga. Nesse sentido é importante estabelecer um marco regulatório, para simplificar o processo de contratação de fretes, sem cobrança em duplicidade de seguro.

O presidente Edeon interveio, informando que seria de bom alvitre discutir o assunto com o Vitor Ozaki Diretor da área de seguros no MAPA, para entender melhor o problema e decidir acerca do melhor encaminhamento. Solicitou uma nota técnica do Sindirações, para melhor entendimento do problema. Márcio da ABIOVE informou que o caso deve ser tratado com mais urgência, antes da discussão do marco regulatório, se possível, no âmbito da SUSEP.

8. Arrendamentos de terminais portuários incluídos no plano do governo – Investimentos da CCC (China) no Porto de São Francisco e TCP de Paranaguá – Aquisição por grupo da China: Não houve apresentação sobre esse tema, dado a ausência dos representantes da ANTAQ, que ficou responsável pela apresentação.

9. Relatório Executivo do Setor Ferroviário – 2017: Baldez, da ANUT, teceu comentários acerca dos números apresentados no Relatório Executivo do Setor Ferroviário – 2017, elaborado pela ANTT. O relatório evidencia um certo sucesso do setor e abrange 10 anos. Baldez afirmou que uma avaliação dos números leva a uma conclusão diametralmente inversa daquilo que se apregoa quanto ao desempenho do setor ferroviário. Entre 2006 e 2016 o movimento de carga cresceu de 350 para 500 milhões de toneladas, mas quando se detalha o tipo de cargas, verifica-se que esse crescimento é relacionado ao minério de ferro, da Vale e da MRS evidenciando um serviço dedicado ao setor mineral e não ao mercado.

O próprio agronegócio, em relação as cargas, decresceu, registrando que as ferrovias servem mais ao minério de ferro do que ao agronegócio. O setor ferroviário teve distância média percorrida 600km, o que é igual a caminhão, sem interconexão entre as malhas. Observamos malhas que são monopólios. Temos concessão de 12.000km que rodam 600km, menos de 10% da malha que foi concedida está em utilização. A interconexão ocorre principalmente nos trechos que tem diferença de bitola. A velocidade média dos trens no país é de 20km/h, se excluir os trens da Vale, cai para 13Km/h. O relatório veio em um momento bom, por nos permitir reafirmar nossas convicções. Ou se muda o modelo no setor ferroviário ou não teremos a ferrovia que queremos no longo prazo.

Fayet reforçou a argumentação do Baldez, citando o caso da audiência pública da malha paulista, que atinge o porto de Santos em direção ao Estado do Mato Grosso. Na oportunidade foi criticado o estudo de mercado, que para uma prorrogação que atingiria 42 anos, não se vislumbrava nenhum incremento que atendesse ao agronegócio. Já na audiência pública da FNS, de Palmas a Estrela do Oeste, ficou muito claro que o posicionamento crítico aos estudos de demanda obrigou a ANTT confessar que processaria a revisão dos estudos da malha paulista.

Baldez/ANUT relatou tratar-se um assunto da mais alta relevância para o país. Os Portos de Vitória, Paranaguá, Santos e Rio Grande estão batendo recordes de movimentação. Saímos de um cenário ruim, mas o país voltou a crescer. O grande problema agora que vamos ter será os acessos aos portos. Nós temos em Santos a questão ferroviária em que existe um problema de investimento e de modelo. Lá deveria ter um gestor de infraestrutura em que todos passariam e pagariam o direito de passagem, mas o que ocorre é que cada empresa defende seus interesses. Outro aspecto é a questão da dragagem e do acesso terrestre. Sugeriu trazer o governo para uma reunião da CTLOG para debatermos como poderemos resolver esta



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

questão do acesso aos portos. Fayet sugeriu uma reunião extraordinária.

Tomando a palavra, Marcella Cunha/ANTF falou sobre os esforços para melhorar a velocidade dos trens e destacou os avanços e aspectos positivos evidenciados no relatório, tais quais: considerando celulose, grãos, soja e farelo, o transporte de produtos agrícolas subiu de 37,6 milhões de Toneladas Úteis (TU) em 2006 para 53,2 milhões de TU em 2016, representando alta de 42%. O transporte por ferrovia de açúcar apresentou aumento ainda mais expressivo, da ordem de 187%, subindo de 5 milhões de TU em 2006 para 14,3 milhões de toneladas em 2016. Baldez esclareceu que o momento das prorrogações é o de resolver as questões mais sensíveis, com um olhar do setor mais integrado.

O presidente indagou como andava o GT das Ferrovias no que foi informado pelo Baldez que não foi possível equalizar as agendas, apesar dos esforços e dos diversos contatos que manteve com os membros do GT. Explicou que irá encaminhar convite para a reunião, que será realizada independentemente do número de participantes e que entende que o trabalho do GT irá nortear os trabalhos da CTLOG a respeito do tema.

10. Concessões Rodoviárias – panorama dos contratos: Sobre esse tema o presidente informou que estava aguardando o Castilho /ANTT, que também não compareceu, ficando prejudicado o debate do assunto. Esclareceu que o Queiroga da ACEBRA já enviou uma proposta de valor de pedágio a alguns membros, na questão de valor de pedágio, dentro do panorama de alongamento do prazo de investimentos para 14 anos. Queiroga esclareceu que a MP 800 de 2017 estabelece duas formas de composição (aumento de tarifas ou prazo de concessão). O problema é que se concentra muito investimento em uma parte do contrato sem a necessidade do acompanhamento do nível de serviços. Só se começa a reduzir o pedágio, depois de realizados os investimentos. Se vai postergar o investimento fica penalizando o usuário com pedágios mais significativos, sem a contrapartida estabelecida.

Nesse ponto o presidente sugeriu a criação de um GT para avaliar a Medida Provisória nº 800, de 18 de setembro de 2017, que estabelece as diretrizes para a reprogramação de investimentos em concessões rodoviárias federais. Sugeriu ainda um agendamento de reunião com a ANTT. Os estudos incluem as emendas apresentadas na Câmara dos Deputados e a seleção dos membros recaiu sobre aqueles sediados em Brasília, para facilitar a interlocução permanente com os órgãos responsáveis pelo processo de concessão, MTPAC e ANTT. O GT denominado GT DA MP 800 ficou composto pelos membros: Coordenador: Roberto Queiroga /ACEBRA. Membros: Fayet/CNA, João/CNT, Baldez/ANUT, Edeon/APROSOJA, Nelson/OCEPAR, Arthur/CNI e Márcio /ABIOVE.

Baldez/ANUT falou que seria importante que todos enviem sugestões. Lembrou que os contratos são de 2013, já rodaram quatro anos. A MP estabelece um ano para adesão a reprogramação. O contratado tem 14 anos para fazer a reprogramação dos investimentos, e dois anos mais para negociar o aditivo do contrato que passa por todos os órgãos de controle. Somados os tempos, a MP estabelece benefícios para os usuários apenas após 23 anos de contrato. Temos que propor emendas para adequar melhor os interesses. Nelson alertou que o prazo de emenda já está vencido, mas ainda se pode juntar emenda de plenário e do relator, que é mais difícil, mas não impossível.

11. PL 528/2015 – Cria a política de preços mínimos do transporte rodoviário de cargas e PL 4860/2016 – Institui normas para regulação do transporte rodoviário de cargas em território nacional e dá outras providências: Márcio, representante da ABIOVE, relatou a forte pressão exercida pelos transportadores autônomos, sem discussão técnica, para aprovação do PL. Falou dos pontos de atenção relacionados ao PL e das intervenções que promove, alguns contrários aos princípios da econômica. Observou a necessidade de traçar uma estratégia para verificar o prejuízo dos embarcadores em relação ao andamento do PL e que nenhum país com econômica de mercado estabelece parâmetros para preço mínimo de transporte. Evidenciou preocupação com o apelo dos transportadores e dos movimentos que tentam sensibilizar os congressistas. Esse projeto está indo para o Senado e agora tem-se que traçar uma estratégia, mensurando o prejuízo da aplicação desse instrumento. Marcio esclarece que no ambiente regulatório os danos são incalculáveis e para o setor produtivo, depende de cada segmento economia, mas certamente todos terão perdas.

Fayet, da CNA entende que o PL é uma demagogia eleitoreira, que fere a constituição, por interferir em uma atividade de livre iniciativa. O segundo ponto é a aplicabilidade. Como se aplicaria as medidas de carga fracionada em grandes praças. É impressionante a irresponsabilidade que leva a isto. Uma segunda observação é uma questão de mercado, remete ao contingente de equipamentos e operadores, que já é maior que a demanda. Como é tabelado e só vai ter carga para uma parte, quem é que vai dizer para os demais que não tem carga para todos os transportadores. Queiroga interveio e comentou sobre o excesso de caminhões. Os embarcadores seguem regras de compliance, mas existem outros operadores de mercado que não vão seguir regras. O que preocupa é a posição dos nossos parlamentares. Houve ação de receio por parte do meio político, o que deve ocasionar prejuízos para os produtores rurais ou os consumidores finais. Edeon fez duas considerações. Em um primeiro momento houve um erro estratégico dentro da frente que conduziu o problema na base do já ganhou, sem a força necessária. Outro fato foi o que não ficou muito claro na cabeça dos parlamentares que defendem o produtor rural acerca do real prejuízo que o produtor teria. Não se registrou qualquer demanda sobre isso. Aprovado o PL se vai ter um preço mínimo de frete, mas possivelmente não deve funcionar, exatamente por se tratar de questão de mercado, que segue a lei da procura e oferta. Entende o presidente que não estamos conseguindo convencer os produtores que o PL é nocivo à atividade produtiva.

Na sua fala Márcio /ABIOVE considerou que a pressão política foi grande, devido a isto, angariaram votos favoráveis, e considerou que as bases precisam fazer maior pressão. Carlos Marioti do IBÁ mencionou a criação de um comitê de logística na IBÁ, fundamentado na questão em debate. Estão discutindo uma estratégia de atuação junto ao Senado, elaborando uma Nota Técnica com levantamento de dados junto ao setor, com perguntas acerca do que se pretende com a medida. Entende que a casa precisa se mobilizar sob pena de aprovação do PL no Senado, até com certa facilidade.

João da CNT falou que o projeto traz complexidade, por atender os filiados da CNT, o que dificulta a atuação dos



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

representantes daquela entidade. Acompanham com muita atenção o desenvolvimento do processo, tem procurado se esclarecer e deixar claro que a CNT tem atuado de forma discreta nesse projeto.

O Senhor Helder, do Instituto Legislativo Brasileiro, deu algumas sugestões de estratégia e se colocou à disposição para trabalhar junto aos membros da CTLOG na defesa dos interesses do colegiado. Sugeriu que é importante distribuir o assunto para o maior número de comissões possível, e a figura do líder do governo senador Romero Jucá é muito importante nesse processo. Entende que a ANTT também deve ser envolvida, por tratar-se de tema de natureza regulatória e que ainda existe algum tempo de maturação do processo, o que permite a mobilização dos interessados para as alterações pertinentes.

Retomando a palavra, Márcio informou que já ocorreram diálogos no Senado sobre o tema, mas devido ao apelo político do projeto a decisão final da tramitação terá de ser validada pelo presidente Eunício Oliveira. Helder conclamou a todos os atores envolvidos estejam presentes e trabalhem suas bases para sensibilizar os parlamentares. A ideia é fazer uma discussão mais pausada no senado, utilizando todo o kit regimental possível. O próprio autônomo tem que entender que esse projeto é ruim para a categoria, por nivelar os que investem em capacitação e tecnologia, com os que não o fazem.

Sérgio da ANEC indaga sobre a constitucionalidade do projeto e afirma, se é inconstitucional, não tem como prosperar.

Queiroga informou que existe um parecer da AGU contra o tabelamento de fretes, que tem procurado o parecer, não conseguindo acessá-lo até o momento.

O presidente informou que esse assunto já foi objeto de moção da CTLOG ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o que remete o debate ao campo das instituições, que devem se organizar e elaborar os estudos pertinentes para abrir portas no Congresso.

Nelson da OCEPAR mencionou que a CTLOG pode rever a nota que foi enviada ao Ministro do MAPA com pleito relacionado ao andamento do processo na Câmara dos Deputados, para que seja elaborado novo documento, desta feita, acompanhado de Nota Técnica, já elaborada pela ABIOVE, relacionado aos procedimentos do Senado Federal, onde deverá ser apresentado o posicionamento contrário a aprovação do projeto. Proposta aprovada pelo plenário.

12. PL 4860/2016 – Institui normas para regulação do transporte rodoviário de cargas em território nacional e dá outras providências: Continuando Márcio falou que o PL 4860/2015 que cria normas para a regulação do transporte de cargas, ainda está sendo analisado e evidenciou os trâmites que está seguindo, já que o substitutivo ainda não foi apresentado. Com base na minuta que teve disponibilizada por parlamentares, observou pontos de atenção. A contratação de transporte somente por via direta com o produtor rural é um problema para quem leva insumo para o produtor e volta com outra carga ou a indústria que transforma produtos primários, que não vai poder utilizar o tac. O projeto estabelece prazos sem a menor razoabilidade para os contratos, obrigatoriedade da contratação de seguro da carga, esta pelo transportador, o que reduz a margem de negociação do valor do seguro. O projeto cria vários pontos de responsabilidade solidária, em termos de operação e segurança, o que impacta na negociação para a contratação do serviço de transporte. Falou ainda dos custos da estadia e mencionou que essas impropriedades estão sendo objeto de negociação com o relator. Entende que ainda há tempo para outras soluções antes que o PL se transforme em lei. Chamou atenção para o estudo que a ESALQ apresentou, indicando que os custos para a produção de soja na safra 2017/18 devem aumentar e a produção deve sofrer alguma redução. Essas variações aliadas aos projetos desfavoráveis ao agronegócio, tendem a reduzir a importância e atratividade da atividade agropecuária no país.

Fayet chamou atenção para o risco do PL 4860/2016, que é a responsabilidade solidária do dono da carga no transporte. Isso é um absurdo, obrigar o produtor, que paga o frete, a ser responsável solidariamente por um problema no transporte. A preocupação decorre de casos concretos na Justiça do Trabalho.

Em relação ao estudo ESALQ o presidente falou sobre a constatação da APROSOJA, que apesar da grande produção, o custo de produção foi idêntico a safra anterior, mas a receita foi menor que a do ano anterior. Infelizmente o país vive um dilema que só se dá bem com as dificuldades dos competidores EUA e Argentina, isso porque nosso maior custo está na logística.

13. Assuntos Gerais: Carlos Eduardo do IBÁ que referiu a contratação para exportação de commodities em contêineres. Há uma concentração em duas empresas, o que provocou o aumento do valor dos serviços em 70% no último ano, ainda a criação de uma tarifa de reserva. Carlos compartilhou o tema com os demais membros do colegiado, mais precisamente com o pessoal do tabaco, algodão, arroz e café, que se utilizam de contêineres para exportação de seus produtos.

Carlos Eduardo mencionou uma reunião agendada com a ANTAQ, e conclamou os interessados a reforçar o grupo para o evento. Fayet explicou que está havendo um problema de contêineres no mundo, pela própria concentração das empresas de transporte. A questão é crítica para o Brasil, pelos fluxos menores que envolve, o que torna a questão bastante crítica. Sugeriu a elaboração de uma nota informativa contextualizando o problema, como documento padronizador da discussão com os diversos órgãos de governo envolvidos.

Edeon sugeriu que cada associado faça um levantamento dos problemas localizados que afetam cada uma instituição para que sejam consolidados no documento. O presidente lembrou que precedendo as reuniões da CTLOG uma sugestão de pauta é solicitada aos membros e essa é a oportunidade de se inserir temas de real interesse para debate no colegiado.

Marcos, do Cecafé lembrou que a Resolução 5032, da ANTAQ e a publicação dos Direitos e Deveres dos usuários, por parte da ANTAQ, o que já recebeu contribuições desde 2016 e ainda não foi publicado. De 800 contribuições o Cecafé ofereceu 50. Existem várias questões para serem discutidas e regulamentadas, mas a 5032 é importante.

Falou também sobre os trabalhos do GT de Deficiências e Burocracias Governamentais e Custos Logísticos, que se reuniu em Brasília no dia 12 de setembro, com a presença do Cecafé, Movimento Pró-Logística, Aprosoja e Sinditabaco. Foram três os temas debatidos. 1. O Custo portuário, que na 52ª com a presença de representantes do setor público e privado, foram apresentados os custos crescentes, do qual foi gerado o questionamento acerca dos procedimentos e custos no mundo, resta



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0
Gabinete do Ministro
CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas
Ata de reunião

identificado que o problema é localizado, no Brasil. O estudo relacionado pode ser ampliado para outras cadeias produtivas. Segundo ponto pensando em eficiência de processos é relacionado a parte de defesa fitossanitária brasileira. O Brasil é signatário da Convenção Internacional para Proteção de Vegetais, que tem vários critérios, à exemplo da terceirização, processos mais dinâmicos, e em curso uma revisão e processo de modernização. O terceiro ponto é a discussão da Resolução 5032 da ANTAQ, que não evolui no que se refere a definição e publicação dos direitos e Deveres. Marcos sugeriu que o assunto seja debatido pelo plenário na próxima reunião, quando já será conhecida a Nota Técnica embasando o assunto, que o Marcos disponibilizará antecipadamente para circularização.

O presidente falou sobre o GT Gestão das Águas, que está desenvolvendo trabalhos, mediante reuniões e está chamando entidades ligadas ao tema para que se possa formar uma opinião sólida do tema.

Fayet comentou sobre a reunião que será realizada nesta data, no MDIC, para discutir assunto relacionado as embalagens de madeira na importação, regulamentada pela IN 32/2015, do MAPA. Mencionou os problemas relacionados a Defesa Vegetal, que cria a obrigatoriedade de reexportar as mercadorias embaladas com madeiras não certificadas ou que não cumpram a norma da IN 32. Falou da proposta apresentada na CTLOG, para que as madeiras de escora, apeação e embalagem com restrições, seja incinerada ainda na zona primária do porto, em fornos que podem ser instalados em contêineres.

O presidente avisou que no dia 22 de novembro de 2017, nas dependências do ILB – Instituto Legislativo Brasileiro será realizado o IIº ENCONTRO DO USUÁRIO DE TRANSPORTE DE CARGAS e a próxima reunião da CTLOG está agendada para o dia 21 de novembro, em local a ser informado.

14. Encerramento: Sem mais assuntos a tratar, a reunião foi encerrada às doze horas e cinquenta e três minutos e lavrada a presente ata, pelos relatores Alciléa Alves da Silva e Reinaldo Carvalho Vergara (Supervisor) e revisada pelo Secretário Carlos Alberto Nunes Batista.

Encaminhamentos:

- 1-Dar continuidade ao GT das Ferrovias (Baldez/Anut)
- 2- Criação do Grupo de Trabalho para avaliar a MP 800/2017
- 3- Criação da força tarefa envolvendo todos os membros da CTLOG para elaborarem uma Nota Técnica para alinhar o entendimento junto as confederações da agricultura e indústria sobre a constitucionalidade da PL 528/2015.

Preposições

Item	Item da reunião
------	-----------------

Ações

Item	Ação	Responsável	Dt. prevista
------	------	-------------	--------------

Dados da próxima reunião

Local:	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA Quadra 601 Bloco K, Brasília, DF		
Data da reunião:	21/11/2017	Hora de início:	09:00
Pauta da Reunião			
CÂMARA TEMÁTICA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA DO AGRONEGÓCIO – CTLOG PAUTA DA 57ª REUNIÃO ORDINÁRIA 21 de novembro de 2017 09:00h – Abertura – Palavra do Presidente 09:10h – Avisos da Secretaria 09:15h – Aprovação da Ata da 56ª Reunião Ordinária 09:20h - Suborno Transnacional e Programa de Integridade (Compliance) do MAPA - Coordenação-Geral de Responsabilidade de Entes Privados - CGU 10:00h – BIT – Banco de Informações de Transportes – MTPAC 10:40h – Observatório de Transportes (EPL) 11:20h – Programa de Incentivo a construção de Armazéns - Aprosoja 11:50h – Soluções logísticas para o algodão brasileiro – Câmara Temática de Insumos Agropecuários – CTIA 12:30h – Assuntos Gerais 13:00h – Encerramento			

Anexos



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SGCAM - Sistema de Gestão de Câmaras Setoriais e Temáticas - 1.0

Gabinete do Ministro

CGAC - Coordenação Geral de Apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas

Ata de reunião

Arquivo	Descrição
ATA DA 56 Reunião Ordinária _ 27.09.2017.pdf	Ata 56ª RO